



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CADERNO 1
DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

Setor Requisitante:	Secretaria de Inteligência e Polícia Institucional
Responsável:	Carlos Athayde Valadares Viegas
e-mail do responsável	carlosav@trt3.jus.br
Telefone do responsável:	(31)3228-7113
Integrante Demandante:	Josiani Cristina Silva de Menezes Rocha Verônica Wanderley Assunção
e-mail do Integrante Demandante:	josiani.rocha@trt3.jus.br veronica.assuncao@trt3.jus.br
Telefone do Integrante Demandante:	(31) 3228-7157

I) APRESENTAÇÃO DA DEMANDA (PROBLEMA A SER SOLUCIONADO)

Necessidade de disponibilizar uniformes e instrumentos de identificação para os Agentes da Polícia Judicial no exercício de suas atribuições, conforme modelo previsto na Resolução nº 379/2021 e 380/2021, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e na Resolução nº 315/2021, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT).

II) JUSTIFICATIVA DA DEMANDA

O Tribunal possui, atualmente, 45 (quarenta e cinco) Agentes da Polícia Judicial no exercício da atividade, os quais necessitam utilizar uniformes e instrumentos de identificação para o cumprimento das atribuições do cargo, sendo necessário que o Tribunal adquira e forneça, regularmente, estes itens para os agentes.

Além disso, existe a possibilidade de aumento significativo no quadro de Policiais Judiciais do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região em razão de decisão emitida pelo CSJT que garante aos servidores ocupantes do cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa (Motorista) o direito de optar por qual cargo ocupar, Técnico Judiciário – Área Administrativa (sem especialidade) ou Técnico Judiciário – Área Administrativa (Agente da Polícia Judicial). Salienta-se, também, a possibilidade de nomeação de novos Agentes da Polícia Judicial por meio do concurso atualmente vigente, válido até fevereiro de 2025, com possibilidade de prorrogação por mais dois anos.

Registre-se que, atendendo as Resoluções nº 379/2021 e 380/2021, do CNJ, que dispõem, respectivamente, sobre o uso e o fornecimento de uniformes e de instrumentos de identificação para os(as) inspetores(as) e para os(as) agentes da polícia judicial do Poder Judiciário, a Secretaria de Inteligência e Polícia Institucional adquiriu, em 2023 e 2024, uniformes social e operacional e conjunto de identificação, composto por Distintivo, Porta-Documentos e Porta-Distintivo para os

agentes de polícia judicial por meio de Ata de Registro de Preço (ARP). Contudo, todas as cinco ARPs já venceram. Ademais, existe a necessidade insurgente de itens complementares, não licitados anteriormente pelo e. Tribunal, atinentes às novas funções dos Agentes da Polícia Judicial, tais como capa de colete modular, cinto tático para acessórios e mochila tática.

Assim, a fim de cumprir as Resoluções nº 379/2021 e 380/2021 CNJ, para atender as novas funções dos Agentes de Polícia Judicial, em eventual aumento de efetivo, bem como para cumprir a Resolução nº 315, a qual prevê em seu art. 50, §5º, a reposição dos uniformes no período mínimo de doze meses, contados do último fornecimento, faz-se necessário um novo processo de aquisição de uniformes.

Ante ao exposto, é imprescindível a aquisição do uniforme social (terno completo), uniforme operacional, itens complementares e de identificação que evidenciarão a presença dos agentes da polícia judicial do TRT3 por meio da identificação visual, agregando ostensividade na apresentação destes servidores, facilitando sua identificação perante a sociedade e usuários da justiça, ampliando valores institucionais e proporcionando a todos, maior segurança e confiabilidade.

III) PRAZOS DESEJADOS PARA CONCLUSÃO DOS ESTUDOS E EFETIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Espera-se que os estudos da contratação sejam finalizados até o final do mês de julho e a efetivação da contratação seja concluída em novembro de 2024.

IV) CORRELAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Não há.

V) CORRELAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DE COMPRAS

A contratação em pauta foi prevista no item 26 do [Plano de Contratações Anual de 2024](#).

VI) CORRELAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

A presente demanda possui correlação com o Planejamento Orçamentário.

VII) NECESSIDADE DE INDICAÇÃO DE INTEGRANTES TÉCNICO OU TÉCNICO E ADMINISTRATIVO

Não será necessária a indicação de integrante técnico ou administrativo.

VIII) CONSIDERAÇÕES ACERCA DA EXISTÊNCIA DE SOLUÇÃO PREDETERMINADA

No âmbito do Tribunal já foram realizadas aquisições de uniforme para os agentes da polícia judicial, sendo que as últimas contratações foram concretizadas em 2023 e 2024 (uniforme social, uniforme operacional e itens de identificação), as quais nortearão a realização de alguns procedimentos desta nova contratação.

A demanda atual visa atender à manutenção da padronização de vestimenta e identificação, nos termos das Resoluções n. 379 e 380, ambos do CNJ, no caso de ingresso de novos

Agentes da Polícia Judicial a este regional, bem como o prazo para reposição previsto na Resolução nº 315/2021 do CSJT.

Assim, considerando que atualmente existem 45 (quarenta e cinco) agentes da polícia judicial no efetivo exercício do cargo, esse quantitativo será a referência para o cálculo do número preliminar de novos itens de uniforme, tais como capa de colete modular, cinto tático para acessórios, jaqueta de frio e mochila tática, observando-se as peças de maior uso e desgaste, bem como os quantitativos adquiridos nas últimas contratações. Será acrescido, ainda, quantitativo suficiente para atendimento da demanda por uniformes de novos agentes que possam passar a integrar o quadro desta Secretaria, em virtude do potencial recebimento de servidores oriundos de Concurso Público realizado em 2022 e válido até fevereiro/2025, com possibilidade de prorrogação por mais (02) dois anos, e para o iminente aumento em razão de decisão proferida pelo CSJT, na qual os servidores atualmente ocupantes do cargo de motorista podem optar por ocupar o quadro de Agente de Polícia Judicial.

IX) CONSIDERAÇÕES DO DECISOR SOBRE A AVALIAÇÃO DAS POSSÍVEIS SOLUÇÕES

Há possibilidade de iniciar uma nova licitação ou participar de uma licitação de outro órgão público que possua Agentes de Polícia Judicial, o qual obrigatoriamente observa as recomendações do CNJ e do CSJT.

Uma vez que nenhum outro órgão público com funções equivalentes possui, no momento, todos os itens necessários juntos em mesmo processo licitatório, faz-se necessária uma nova licitação.

X) ASSINATURA DO DECISOR:

Assinatura:

**CARLOS ATHAYDE
VALADARES
VIEGAS:30831992**

Assinado de forma digital por CARLOS ATHAYDE VALADARES VIEGAS:30831992
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Autoridade Certificadora da Justiça - AC-JUS,
ou=31375316000191, ou=Presencial, ou=Cert-JUS Institucional - A3, ou=Tribunal
Regional do Trabalho da 3 Região - TRT3, ou=SERVIDOR, cn=CARLOS ATHAYDE
VALADARES VIEGAS:30831992
Dados: 2024.06.25 13:50:07 -03'00'

Nome:

Carlos Athayde Valadares Viegas

Cargo:

Secretário de Inteligência e Polícia Institucional